



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

Eixo:

**AGRONEGÓCIO E MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA: MOBILIDADE, PROVISORIEDADE E PERMANÊNCIA NA BR-163<sup>1</sup>.**

**Solange Maria Gayoso da Costa<sup>2</sup>**

**Resumo**

O artigo centraliza a análise na região Oeste do estado do Pará, considerada região de “nova fronteira” da BR-163, mais especificamente nos municípios de Santarém e Belterra, refletindo como se estruturou o processo de territorialização dos sojicultores na região. Para isso, foi realizado trabalho de campo com aplicação de entrevistas junto aos sojicultores e representações sindicais dos trabalhadores rurais instalados nos municípios de Santarém e Belterra. Os resultados demonstram que a instalação dos sojicultores implicou na reorganização das formas de uso e apropriação do território, assim como provocou o deslocamento compulsório de cerca de 500 famílias de agricultores familiares residentes na região.

**Palavras-chave:** Sojicultura. Migração. (Des) territorialização.

**Abstract**

The article focuses on the analysis of the state of Para West, considered the region of "new frontier" of the BR-163, more specifically in the municipalities of Santarém and Belterra, reflecting as structured territorialization process of soybean farmers in the region. For this, it conducted fieldwork with application interviews with soybean farmers and union representatives of rural workers installed in Santarém and Belterra municipalities. The results demonstrate that the installation of soybean farmers involved in the reorganization of the forms of use and appropriation the territory and caused the compulsory delocamento about 500 families of family farmers living in the region.

**Keywords:** Soybean production. Migration. Territorialization.

## **1 Introdução**

A formação dos territórios é sempre um processo no qual os agentes sociais, dotados de uma intencionalidade, deliberam, planejam, projetam, dirigem e propõem um significado, cuja interpretação realiza-se nas relações sociais estabelecidas no processo de produção desse território. A intencionalidade expressa uma ação política de criação e organização, sendo também um ato de poder, tanto no sentido da dominação quanto, no sentido mais simbólico de apropriação.

---

<sup>1</sup> O texto e os dados aqui apresentados constituem parte da pesquisa realizada para a tese de doutoramento, defendida em junho de 2012.

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PGSS/ICSA/UFPA, Brasil). E-mail: <[solgayoso@ufpa.br](mailto:solgayoso@ufpa.br), [gayososol@yahoo.com.br](mailto:gayososol@yahoo.com.br)>.

Souza (1995) nos fornece uma definição de território na qual as relações sociais projetadas num determinado “espaço concreto” explicitam o que seja um território - “[...] o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 1995, p.86).

Pensado no plano das relações sociais, o território não pode ser delimitado pelas suas condições naturais. Suas fronteiras ultrapassam essas delimitações e podem estender-se para além das linhas, paredes e muros arbitrariamente delimitados e construídos. O território definido, a partir das relações sociais, também pode ser entendido como um conjunto de representações dos agentes que o qualificam. Desta forma, o território possui uma dimensão simbólica e cultural, não se restringe, a uma área física da natureza que apenas permite aos agentes sociais o acesso, o controle e o uso dos recursos naturais. Mais, do que isso, como afirma Godelier (1984), o território implica uma apropriação tanto material quanto simbólica, entretanto, para o efetivo exercício dessa propriedade torna-se necessário que os membros desse grupo social, utilizem suas próprias regras para organizar suas condutas concretas de apropriação nas quais constroem valores e normas próprias ao grupo.

Oliveira (1998), em sua discussão sobre a distinção usual entre terra e território, fala de territorialidade e territorialização para diferenciar da distinção usual entre terra e território, argumentando que a “[...] atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais”. Nesse sentido, para esse autor, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social. (OLIVEIRA, 1998, p. 56, grifo nosso). O sentido de processo de territorialização é o de movimento pelo qual um objeto político-administrativo como “comunidades indígenas” se transformam em uma coletividade organizada, “[...] formulando uma identidade própria”. (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

A adoção do conceito de processo de territorialização permite-nos alcançar o seu entendimento a partir dos sistemas de relação sociais que constroem territorialidades. Almeida (2006, p. 24) afirma que a territorialidade funciona como fator de “identificação, defesa e força”, encontrando-se também associada a uma identidade

específica. O embate entre identidades específicas e suas territorialidades pode ser observado na BR 163, a partir da implantação da soja na região com a chegada dos sojicultores migrantes. Entende-se que os conceitos de “processo de territorialização” e “territorialidades específicas” contribuem para pensar as dinâmicas e transformações territoriais da região.

Na região do Oeste do Pará (BR 163), o processo histórico indica que o que impulsiona os fluxos migratórios para os municípios é a atividade agrícola, que, desde 1997, se renova com a implantação da produção de soja. O cultivo da soja na região altera significativamente a forma de apropriação do território, bem como, introduz, de maneira mais intensa, um modelo de produção mais capitalizado que se opõe aos modelos tradicionalmente vigentes na região.

As formas de organização dos sojicultores migrantes são diferenciadas e obedecem a uma racionalidade própria. As referências de organização trazidas na bagagem repercutem na forma como eles se apropriam de um novo território. Nesse sentido, as aglomerações e povoados, situados na região do planalto santareno, às margens da rodovia da BR 163, sofreram mudanças estruturais que introduziram novas dinâmicas no modo de vida dos moradores locais.

Junto com a instalação de áreas de plantio de soja são introduzidas novas atividades econômicas, como os serviços comerciais de materiais de construção, venda de produtos agrícolas e alimentícios, supermercados, centrais de cópias, boates, motéis, dentre outros. Essas atividades são, em geral, desenvolvidas pela rede de parentesco, vizinhança e amizade construída na região pelos migrantes. Esse processo de mudança na organização territorial das vilas indica tendência de transformação nos bairros periféricos da cidade de Santarém. Outra atividade que alterou a dinâmica social e territorial nas aglomerações e povoados, ao longo da BR 163, foi a instalação de loteamentos urbanos, construídos tanto pelas famílias migrantes ligadas ao agronegócio, quanto por agricultores que tiveram que vender suas terras.

Essas mudanças provocaram novos deslocamentos dos agricultores familiares que se instalaram na região no período da colonização e contribuíram também para que as comunidades, que se encontram ameaçadas por essa dinâmica, se transformem em novas unidades de mobilização<sup>3</sup>, a exemplo daquelas que sob a orientação do (CITA),

---

<sup>3</sup> Entendida como definido por Almeida (2006), forma de mobilização, expressa nas diversas identidades coletivas, objetivadas em movimentos sociais, que se organizam em torno de questões próprias do grupo e

estão reivindicando junto ao Estado o reconhecimento de sua identidade indígena e demarcação da Terra Indígena (TI).

## **2. A chegada da sojicultura nos municípios de Santarém e Belterra.**

A produção da soja na região ocorreu a partir de investimentos privados estimulados pela ação interventiva e programática da esfera estatal. Considerando a ação prevista no Polo Agroindustrial para a região Oeste do estado, o governo do Pará, em 1996, antecipando um possível asfaltamento da BR-163, contratou a Agrária Engenharia Consultoria S.A. para estudar a viabilidade da agricultura empresarial no polo Santarém. Seguindo as recomendações desta consultoria, implantou um projeto piloto de cultivo de soja na área do cerealista e pecuarista Francisco Quincó, na PA-370, a Santarém-Curuá-Una (CPT, 2004; PUTY, 2007).

Após os primeiros resultados e munidos dos estudos do zoneamento agroecológico, técnicos do governo e empresários de Santarém viajaram para Mato Grosso, a fim de divulgar o potencial agrícola da região para atrair os grandes produtores de grãos.

Em 1997, começaram a chegar sojicultores à região, primeiros os pequenos e médios produtores, que migraram do Sul do país, do Estado de Mato Grosso e de Roraima. Foram arrendadas terras do próprio Francisco Quincó, além de aquisições de agricultores familiares. Naquele ano, o preço da terra na PA 370 e no município de Santarém e Belterra variava entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00 o hectare. As primeiras plantações foram de milho e arroz e após o período de dois anos, foi iniciado o plantio da soja, em regime de rotação com aqueles grãos, além do sorgo e do milheto.

De acordo com as estimativas da prefeitura de Santarém, em 2004, o município tinha entre 500 a 600 mil hectares de floresta antropizada, apta para uso agrícola (PUTY, 2007). Em 2005, Almeida, et al. (2006) numa pesquisa sobre arranjos produtivos locais identificou a existência de 340 produtores. No ano de 2012 haviam cerca de 205 sojicultores cadastrados no programa de monitoramento da Cargill. No trabalho de campo os relatos de lideranças sindicais apontaram para esta queda e suas diferentes causas.

---

determinam suas formas de atuação e de territorialidades. São territorialidades próprias, nas quais a identidade constitui elemento mobilizador do próprio grupo, tanto em torno da luta pelo atendimento de suas reivindicações, quanto na relação com outros agentes sociais.

Os sindicalistas vinculados ao STTR estabelecem uma relação direta entre o processo e o resultado das pressões internacionais contra o desmatamento causado pelo plantio da soja na região, que resultou na assinatura da “moratória da soja”, prejudicando o financiamento da produção e estimulou a partida de muitos da região: “[...] eram carretas e carretas com máquinas na Santarém-Cuiabá, saindo de Santarém” (E. M. liderança sindical). Já os sindicalistas vinculados ao SIRSAN<sup>4</sup> acrescentam a essa causa anterior, o prejuízo financeiro dos pecuaristas, donos de grandes extensões de terras, que se “aventuraram” no plantio de soja, quando da queda dos preços ocorrida durante a safra de 2004/2005<sup>5</sup>.

Constatou-se na pesquisa que, nem todos os produtores vindos para a região com objetivo de produzir soja retornaram aos seus lugares de origem. Muitos abandonaram a atividade por questões financeiras, ou por falta de competências técnicas, mas continuam desenvolvendo outra atividade como ocorreu com o produtor M.A.<sup>6</sup>, morador no município de Belterra, que plantou arroz e soja por dois anos e não conseguiu manter a produção. Mudou sua atividade para a criação de porcos, por “ser um serviço mais tranquilo, corre menos risco”.

Entrevistas com lideranças sindicais em Santarém indicaram que os plantios da soja, na região do Baixo Amazonas, foram feitos nos municípios de Santarém e Belterra, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Prainha. Santarém e Belterra são os dois municípios com maior produção, juntos respondem por 96% da produção.

Em 2003, tem-se o que se convencionou chamar de “segunda onda de invasão da soja” na região santarena, quando chegaram grandes produtores ocupando áreas de terras devolutas ao leste, na gleba Pacoval, e ao sul, no Projeto de Assentamento Mojuí I e II, do planalto santareno. Parte dessas áreas era de floresta primária e demarcada em lotes maiores que a média, acima de 2.500 hectares (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2004). Simultaneamente, iniciou-se um intenso comércio ilegal de vendas de terras, acompanhado de ações violentas contra pequenos agricultores familiares, nas áreas de maior especulação.

---

<sup>4</sup> Sindicato Rural.

<sup>5</sup> Depois de seis anos de alta nos preços em novembro de 2005, no Estado do Paraná, a cotação era de R\$ 27,90, o mais baixo nível desde maio de 2003. O processo de queda nos preços foi deflagrado em junho de 2004, quando a média ficou em R\$ 44,00. Desde lá, o preço médio nunca mais rompeu a barreira dos R\$ 40,00. Ao contrário, caiu abaixo dos R\$ 30,00 a partir de setembro de 2005.

<sup>6</sup> Entrevista realizada em Belterra, 15 julho 2011.

O processo de especulação fundiária provocou o deslocamento de muitas famílias para a área urbana da cidade de Santarém, como também, a fuga para áreas de terras devolutas ou para regiões mais afastadas do planalto, como o Projeto de Assentamento Cota Corda, onde, posteriormente, também, foram atingidas pelos conflitos na disputa de terras.

Os conflitos ocorridos entre os sojicultores e agricultores familiares já instalados na região, as ações proativas do STTR de Santarém em defesa da terra, a moratória da soja e os efeitos dela decorrentes, de fato, impuseram certos limites ao crescimento indiscriminado do cultivo da soja na região. Entretanto, não impediram que essa atividade produtiva se consolidasse graças a um conjunto de produtores, que na luta pela sua permanência na localidade acionam diferentes estratégias que garantem a sua reprodução social e reforçam a manutenção dessa atividade na região.

### **3. Trajetória e motivações dos “novos” migrantes: “os gaúchos”.**

A migração realizada por esses produtores originou-se de diferentes municípios e estados com produção de soja, localizados nas regiões Sul e Centro Oeste do país. Em alguns casos tais trajetórias passaram primeiramente por outros estados da Amazônia até a chegada à Santarém.

A vinda para a região do Baixo Amazonas, geralmente, não representou o primeiro deslocamento de muitos produtores. A migração parece estar incorporada na vida das famílias como a do produtor A.N.<sup>7</sup>, nascido no Rio Grande do Sul, sua família migrou para o Paraná, onde se inseriu na lavoura de soja. Em 1958, após a morte do pai, seus irmãos mais velhos migraram para o sudeste em busca de trabalho, ficando os três mais novos e a mãe no Paraná. Em 1979, inscreveu-se no programa do governo federal destinado à colonização do Mato Grosso. Comprou um pedaço de terra e ainda, em 1980, realizou seu primeiro plantio de soja no município de Nova Mutum. Logo depois chama os irmãos. Relata que teve que mudar a lavoura para Ponta Grossa, mas permaneceu morando em Nova Mutum, até o ano de 2005 quando novamente migrou para Santarém.

Trajetória semelhante foi a de P.S.<sup>8</sup>. De origem italiana, sua família instalou-se no Rio Grande do Sul, sempre trabalhando com a lavoura de grãos. Parte da família

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada em 27 ago.2010.

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 14 jul.2011.

migrou para o Mato Grosso, onde ainda mantém propriedades. P. S., já casado, saiu do Mato Grosso e dirigiu-se a Roraima, trabalhando na produção de arroz. Em 1997, foi para Santarém, inicialmente sozinho. No ano de 1999, instala-se de vez com a família em Santarém.

A família M.A.<sup>9</sup> veio de Assis Chateaubriand no Paraná em 2003. Pai, mãe e três filhos, entre doze e um ano de idade. Seu pai comprou a terra em sociedade com os irmãos. Plantou soja e arroz por dois anos, mas em 2004 com a crise do preço do arroz faliu e não teve mais como manter o plantio de grãos. Mudou então de atividade passando para a criação de frangos e porcos comercializados no mercado local de Santarém e Belterra. Os irmãos e sócios permaneceram na lavoura no Paraná até 2006, ano em que um deles também veio para Santarém, seguindo do outro em 2010. M.A., para garantir o seu sustento e ajudar nas despesas da família, hoje é funcionário de uma fazenda de lavoura de grãos. O tio paterno de M. A. que chegou a Belterra em 2006 também está na criação de frangos.

Seguindo o mesmo trajeto T.F.<sup>10</sup>, nascido no Rio Grande do Sul na cidade de Santo Anjo quase fronteira com a Argentina, migrou para o Mato Grosso. Filho de mecânico e enfermeira, mas neto de colono iniciou suas atividades na lavoura no Mato Grosso: “sou engenheiro agrimensor e logo depois de formado eu fui pro Mato Grosso onde trabalhei na área da engenharia por vários anos e comecei na agricultura lá no Mato Grosso, onde com o tempo eu me dediquei somente à agricultura”. Em 2005, transferiu-se para Santarém onde mantém a produção de soja.

O movimento migratório também foi constituído por trabalhadores com qualificação para atividades na lavoura mecanizada, como R.D.<sup>11</sup>. Técnico agrícola com especialidade em sementes veio do Rio Grande do Sul, em 2010. Antes estagiou na fazenda do irmão de P.S. no Mato Grosso, quando foi convidado para trabalhar na fazenda em Belterra após sua formatura em técnico agrícola. Filho de produtores com tradição na lavoura de grãos migrou em busca de trabalho, pois, a lavoura no Rio Grande do Sul não mais dava para o sustento de sua família. Outros trabalhadores têm vindo, principalmente, do Mato Grosso para trabalhar na lavoura de soja.

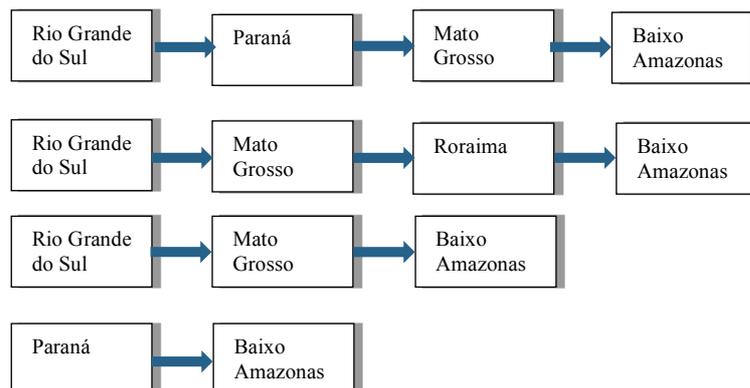
---

<sup>9</sup> Entrevista realizada, em 15 julho 2011.

<sup>10</sup> Entrevista realizada, em 19 julho 2011.

<sup>11</sup> Entrevista realizada, em 15 julho 2011.

### Esquema 1- Trajetórias dos migrantes da sojicultura.



Fonte: Pesquisa de campo, Santarém (2010-2011).

As motivações para a migração são semelhantes. O relato de T.F., produtor de 2000 hectares de soja, deixa claro que seu principal motivo para migrar foi a possibilidade de ampliar sua produção, o que não seria possível no Mato Grosso devido a terra escassa e cara. A manutenção da sua atividade agropecuária, também motivou a vinda de P.S. para Santarém. Morou em Roraima entre os anos de 1997 e 1999, plantando arroz e criando gado. Em 1997, iniciou suas atividades em Santarém, e, em 1999, vendeu tudo o que tinha em Roraima para se instalar definitivamente em Santarém.

Para A.N. a sua saída do Mato Grosso teve pelo menos, três importantes motivos: o crescimento da família e a necessidade de garantir o seu sustento: “a produção não dava mais para sustentar”, a educação das filhas, que já estavam concluindo o segundo grau e para cursar o nível superior teriam “que ir estudar longe de casa”; ainda a impossibilidade de ampliação de sua produção: “no Mato Grosso não têm possibilidades de crescimento para a pequena propriedade. Só se tem lucratividade se você tiver uma grande propriedade, uma grande produção. Lá só vale a pena se você tiver de 3000 hectares para cima”.

Nos depoimentos, a pressão da estrutura fundiária apresenta-se como maior motivação à migração. A concentração fundiária no Mato Grosso levou a “indisponibilidades” de terras o que impossibilitou aos médios produtores ampliar suas propriedades, tanto por conta do esgotamento do estoque de terras, quanto pelo alto preço para sua aquisição. O Índice de Gini do Mato Grosso no ano de 2006, de 0,865, indica tal grau de concentração. Contudo, outros fatores também contribuíram para essa decisão como no caso de A.N. e da família de M.A.

A família de M.A., decidiu sair do Paraná por conta das dificuldades de manutenção da lavoura. As más condições climáticas que levaram a perda da safra em anos seguidos, ocasionando a descapitalização financeira da família o que levou a procura de outras áreas com melhores condições para desenvolvimento de sua atividade: “no sul o verão forte com falta de chuva e das geadas na época do inverno, isso vem trazendo mais dificuldades. Aqui o clima (refere-se a Santarém/Belterra) é muito propício à agricultura tem calor o tempo todo e chuva também”.

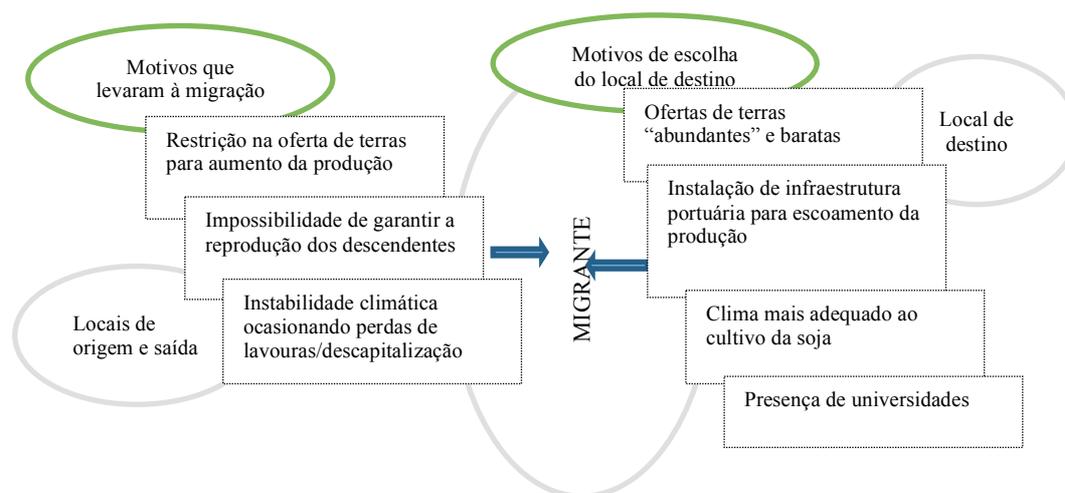
Em 2002, o pai de M.A. participou de uma excursão que saiu do Paraná, organizada por uma cooperativa sulista, cujo objetivo era visitar os polos de produção de soja no Centro-Oeste e no Norte. Foi quando conheceu os municípios de Santarém e Belterra. Os irmãos decidem vender uma parte da terra no Paraná e comprar uma área em Belterra. Em 2003 compraram 700 hectares, de uma só vez, de floresta nativa. A compra foi intermediada por uma imobiliária local.

Para a família de M.A. a variável ambiental teve um peso considerável para sua migração. Impossível continuar no sul com tantas interferências climáticas, a escolha do novo lugar levou em consideração, além dos outros fatores como o preço da terra, a estabilidade climática para desenvolver a atividade agrícola. Por mais que detivesse o domínio da técnica, a manutenção da atividade de produção de grãos dependia também de outros capitais. O mesmo deve ter ocorrido com aqueles que, no relato das lideranças sindicais, aparecem retornando via BR 163.

Convergem para a escolha do lugar de destino tanto as condições estruturais a que o produtor e sua família estão vivenciando no lugar de origem, quanto as possibilidades ofertadas pelo lugar de destino. Assim como, também, as necessidades específicas de cada família.

A migração dos produtores de soja na região da BR 163 pode ser considerada como a que possui uma forma particular (como define Sayad, 2008). Ou seja, um grupo particular de migrantes com culturas e subjetividades próprias, que diferem da cultura do local para onde se dirige e que por isso num segundo momento constituem um grupo específico de migrantes, os “gaúchos”. A fim de garantir a sua permanência no lugar de destino criaram mecanismos e estratégias próprios para relativizar a sua condição de provisoriedade. Tais estratégias provocaram mudanças estruturais nessa mesma sociedade para qual se deslocaram, afetando outros grupos sociais.

## Esquema 2- Motivações à migração.



Fonte: Pesquisa de campo, Santarém (2010-2011).

A migração também se traduz numa relação de disputa pelo território entre encontros e desencontros com outros povos e grupos sociais já estabelecidos na região. Nessa disputa, novas territorialidades vão sendo desconstruídas e reconstruídas, muitas vezes marcadas pelo conflito e violência.

### 3.1 O encontro entre os “Gaúchos” e os “Regionais”: (des)territorialização, conflitos sociais e deslocamentos.

Com a chegada à região do movimento migratório dos sojicultores, a área do planalto santareno teve sua organização territorial drasticamente alterada, com a substituição, em grande parte, do “modelo” de colonização nordestina. Até a década de 1990, a ocupação territorial da área do planalto santareno teve como elemento estruturante a formação de vilas rurais<sup>12</sup> e novas aglomerações periféricas expandindo a cidade. De acordo com Monteiro (2004), a rede de vilas no interior tem densidade populacional média de 500 a 5 mil habitantes. As vilas maiores, com média entre 2 a 5 mil habitantes, são expressivas: Mojuí dos Campos, Curuai, Boa Esperança, Mararu, Alter do Chão, São José, Boim, Perema, entre outras. São classificadas como Vilas menores, com cerca de 500 habitantes: Jacamin, Tipizal, Secretaria, Amapá, entre

<sup>12</sup> Nucleações de determinado número de famílias num pequeno território com afinidades de laços familiares e de compadrio; de atividades culturais e religiosas; por práticas econômicas similares e uso dos recursos naturais e da terra na agricultura de subsistência.

outras. Todas integradas na mesma dinâmica de uma economia de base agrícola, extrativista e pesqueira, que incorporava todos os membros do grupo familiar, inclusive na oferta de novos serviços.

Famílias novas adotaram o trabalho agrícola e atividades urbanas ou semiurbanas. Filhos (as) de agricultores formaram-se na cidade e voltaram para ser professores, pequenos comerciantes, manicures, cabeleireiros, entre outras profissões que podiam ser exercidas a partir das moradias nas vilas. (MONTEIRO, 2004, p. 6).

As vilas mais próximas à cidade de Santarém, como Perema, Jacamim, Boa Esperança, São José, Amapá, Tabocal e Alter-do-Chão tiveram um adensamento populacional maior, com conseqüente urbanização mais intensa. Os sojicultores, que se estabeleceram no município, preferiram morar nessas vilas, devido ao clima mais favorável e a proximidade com o local de suas atividades. Seus filhos estudam nas escolas das vilas e da cidade, como os dos outros moradores. (MONTEIRO, 2004, p. 6).

Quando os sojicultores começaram a se instalar na região, para atender aos seus padrões de consumo, uma rede de atividades comerciais surgiu, principalmente, a de materiais de construção, de produtos agrícolas e alimentícios. Atividades tipicamente urbanas, pensões, supermercados, boates, oficinas, fotocopiadoras dentre outras passaram a ser encontradas nas vilas do Planalto.

Nesse processo de transformação, o mercado de terras influenciou e foi determinante para a (re)organização do território. A Vila de São José constitui expressão dessa transformação. Uma das mais antigas do município, distante cerca de 20 km da cidade, a partir de 1997, tornou-se uma das mais procuradas pelos produtores de soja. Um dos exemplos das mudanças são os loteamentos encontrados na Vila São José (Rodovia BR 163, Km 16), como o Loteamento Planalto. Um grande empreendimento de lotes urbanos disponíveis para venda, numa reprodução de condomínios de grandes cidades, as casas já construídas também trazem uma arquitetura urbana moderna.

Essas alterações também provocam deslocamentos internos, uma vez que áreas rurais localizadas mais próximas à área urbana do município de Santarém passam por mudanças radicais transformando-se em áreas urbanizadas, com isso desalojando as atividades da pequena agricultura antes lá desenvolvidas. Não se tem ainda dados mais precisos sobre o número de pessoas que tiveram que sair das vilas rurais por conta da

chegada da soja. Um levantamento feito pelo STTR de Santarém, em 2003, identificou que cerca de 500 famílias tiveram que se deslocar.

Em outro levantamento, realizado entre maio de 2007 e junho de 2008, pelo Greenpeace, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e Projeto Saúde Alegria, na região de Belterra e Santarém, foram identificadas vinte e sete comunidades reduzidas e duas extintas em função das plantações de soja.

Muitos dos pequenos agricultores expropriados de sua terra foram parar na cidade de Santarém, originando novos bairros na periferia como o Alvorada e o Novo Horizonte. Outros se deslocaram para áreas mais afastadas do planalto santareno, como a região do PA Corta Corda na Gleba Pacoval onde eclodiu novo foco de conflito por terra. Tal processo, de um lado, resulta num reordenamento territorial nas vilas, baseado na concentração fundiária e na destruição do modo de vida dos pequenos agricultores. Por outro lado, conduz ao “inchaço” dos bairros periféricos da cidade de Santarém o que agrava o “caos” urbano.

A expropriação de terra dos agricultores familiares gerou “novos” fluxos migratórios na região, no sentido rural-urbano, os agricultores familiares que se deslocam das vilas rurais, comunidades/colônias e assentamentos para a periferia da cidade de Santarém, também aí incluída a faixa de beira da BR 163 localizada na área de expansão urbana. Esse fluxo migratório pode ser caracterizado como permanente, pois são comuns os jovens, de ambos os sexos, que impossibilitados de serem absorvidos economicamente nas colônias dirigem-se à cidade em busca de uma nova atividade produtiva. Com a chegada da sojicultura, esse fluxo migratório também passou a ser familiar. Famílias inteiras expulsas de suas terras se dirigiram à área urbana; e no sentido rural-rural, agricultores familiares que se deslocam das vilas rurais, comunidades/colônias e assentamentos que se dirigiram para outros assentamentos e áreas de florestas ainda inexploradas, na tentativa de lá manter sua atividade produtiva e sua sobrevivência. Esse fluxo migratório é composto por núcleos familiares extensos; pai, mãe, filhos solteiros, filhos casados com suas respectivas famílias.

Almeida (1974) identificou a existência desses fluxos migratórios desde a década de 1970, o que nos leva a afirmar que esses fluxos são permanentes. Contudo, a chegada da sojicultura na região intensificou ambos os fluxos e redefiniu a composição do fluxo rural-urbano.

Apoiado na definição de Velho, Almeida, relacionou o segundo tipo a uma situação de “frente de expansão”: “como sendo constituídas dos segmentos externos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas e apenas ocupadas por sociedades indígenas [...] constituem em matéria de migração uma alternativa à urbanização” (VELHO apud ALMEIDA, 1974, p. 29), ou seja, uma alternativa frente ao deslocamento à cidade. Ocorre que nessa “frente de expansão” os produtores de soja também fazem parte da composição do fluxo migratório. Na ocasião de sua chegada à região também se dirigiram para áreas de florestas ainda não exploradas, o que gerou várias situações de conflitos.

Dentre os efeitos da produção de soja na região encontram-se também as alterações nas relações de trabalho. Nos relatos de M.E. e S.M. a relação de trabalho sofreu alterações estruturais depois da chegada da soja. A relação com os pecuaristas, considerada “mais benéfica” à comunidade, estabelecia uma relação de trabalho e de “ajuda”. Era comum a contratação de trabalhadores rurais para a limpeza do pasto e o cuidado com o gado. Na produção mecanizada, essa relação desaparece.

Não chegamos a ter conflito de frente, porque eles não escutam a gente. Eles dizem que não ajudam a comunidade por que tem gente que é contra eles. Antes a gente tinha trabalho com quem criava gado: a gente roçava, cuidava do gado. Agora nós não temos mais.[...]. (M.E. liderança comunitária, indígena e pequena agricultora).

O aproveitamento da mão-de-obra local nas atividades de produção de soja é seletiva, as de baixa qualificação são aproveitados em atividades temporárias, em época do plantio, ou da colheita, como a limpeza da área e como motoristas de caminhão. A mão de obra especializada como gerentes, técnicos agrícolas, os operadores de pulverização ainda são os de fora, aqueles com formação técnica e com experiência na lavoura de soja, como são os casos de R.D. e M.A., técnico agrícola especialista em sementes e operador de pulverização respectivamente.

Para os agricultores familiares que ainda não se viram obrigados a novos deslocamentos, as condições de manutenção em suas terras é um desafio diário após a chegada da soja. As atividades produtivas e extrativas antes praticadas, em muitos casos, foram inviabilizadas: “Eu costumo dizer que antes a gente podia plantar uma tarefa de roça que dava pro ano inteiro. Hoje se você planta cinco tarefas não dá para o

ano inteiro porque nasce muito pequeno, porque a terra está fraca. [...]”. (M.E. liderança comunitária, indígena e pequena agricultora).

A relação entre essa atividade agrícola e a reapropriação do território na implantação de aglomerados e povoados na região, reafirma-se permanentemente, tanto na sua implantação quanto no processo de transformação territorial, seja na alteração da paisagem “natural” seja nas mudanças de reorganização do espaço físico, seja nas novas relações sociais estabelecidas. Trata-se de um processo com mobilizações intensas tanto do lado dos sojicultores quanto do lado dos agricultores familiares.

#### **4. Considerações finais**

A apreensão dos processos identitários, que se fazem na organização política, tanto dos “gaúchos” quanto dos agricultores familiares, mostra desdobramentos imersos na complexidade de relações entre esses agentes sociais, que por vezes se entrelaçam, requerendo uma apreensão dos seus diferentes processos de territorialização.

Nesse sentido, podem-se compreender as estratégias dos sojicultores a partir das suas motivações à migração para a BR 163. A análise das trajetórias dos migrantes permitiu identificar que a principal motivação à migração é a busca de condições de manutenção da atividade produtiva e por consequência na garantia de reprodução social do sojicultor. Para manter-se na atividade de produção da soja de forma lucrativa a terra “em abundância” é necessária. A falta de terra impulsiona a migração e a terra arável “disponível” atrai.

Estudo realizado por Gasques, et al. (2009, p. 37-38), com base nos dados dos Censos Agropecuários, demonstrou que a terra sempre constitui fator de alto custo: em 1970 representava 33,3% e ocupava a segunda posição na lista dos custos com a agricultura. Em 2006, mantém seu custo em 30,7% mas já ocupando a primeira posição no *ranking* de participação dos insumos na atividade agrícola. Logo, os custos com a terra também influenciam na escolha do lugar de destino da migração.

A especificidade da migração para incorporação de novas terras não se limita à compra de qualquer mercadoria, muito menos, a de se deixar levar pelo ilusório marketing da “nova terra prometida” criada pela propaganda oficial. Esse deslocamento é mais complexo e multifacetado. A objetividade da aquisição de novas terras e a conquista de novos territórios comportam desejos, necessidades, esperanças, limitações e impossibilidades, assim como restrições e incertezas do reinício de uma nova vida.

Entre os produtores de soja que migraram encontram-se parte de famílias da região Sul do país que deixaram sua terra de origem motivadas pela propaganda governamental da colonização para região do Mato Grosso. Em geral o perfil desse produtor que aqui chegou tem sua origem nas famílias de colonos, com experiência na produção agrícola, que conseguiram se capitalizar no Mato Grosso e ampliar a sua produção. Castrillon Fernández (2007) em sua pesquisa sobre a produção de soja no Mato Grosso, observou que é forte no imaginário local, a idéia do “pequeno colono” que deixa o Sul, supera toda a sorte de dificuldade e se estabelece como “grande produtor”, ou pelo menos em melhores condições econômicas do que aquelas de sua terra de origem. Diferente de períodos anteriores, década de 1970 por exemplo, o migrante sojicultor que migra para a região da BR 163, já não é simplesmente o “colono”, mas o “produtor”.

A classificação produtor significa a passagem a outra condição social e comercial - de empresário rural: aquele que estrutura sua fazenda aos moldes de uma empresa agrícola moderna, que emprega trabalhadores de diversas categorias e competências técnicas; sendo também aquele que tem competência para as relações comerciais com as empresas, as instituições financeiras, com o Estado, com organizações políticas, um empresário aos moldes modernos. Além da atividade de produção agrícola, alguns também tornam-se prestadores de serviços aos outros produtores, em atividades como a de secagem e armazenamento de sementes. O “empresário rural” sempre está buscando potencializar os seus negócios: ampliar, inovar, lucrar. A vinda dos “produtores” de grãos, como pudemos observar nos depoimentos, teve como motivação principal a possibilidade de ampliação de seus negócios.

Entretanto, a condição de permanência dos “produtores” que migraram depende das suas estratégias e do seu capital<sup>13</sup> acumulado. Nessa primeira década, desde a chegada dos primeiros sojicultores em 1997, os que continuam na atividade de plantio de soja são aqueles com maior suporte financeiro, tecnológico e com experiência nessa atividade. Como examina Bourdieu (2008), o cálculo, estritamente utilitarista, não pode descrever completamente as práticas que permanecem imersas no não econômico, mas que, por vezes, podem tomar força de capital econômico.

---

<sup>13</sup> Entendido aqui como utilizado por Bourdieu (2008, p. 264).

Mas se consideramos que a migração é um eixo estruturante do agronegócio de grãos, essa não é uma migração “comum”, é uma migração especializada e induzida. Requer um migrante economicamente capitalizado e especializado em determinada atividade produtiva - o cultivo de soja, com domínio de certas práticas e tecnologias. É uma migração induzida pela capacidade de mobilização do agronegócio em capital social capaz de criar as condições objetivas que a atividade requer para a sua instalação em determinada região. Tem como principais agentes indutores da migração o Estado e as empresas, cujas estratégias voltam-se para o fortalecimento de políticas de crescimento que induzem a produção de territorialização com base no potencial de uso mercantil dos recursos naturais.

#### 4. Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. **Movimentos migratórios nos vales do Tapajós e do Xingu**. Relatório de Pesquisa. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional; UFRJ. 1974. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSA; UFAM, 2006.

ALMEIDA, L. M. de. *et al.* **Arranjos produtivos de grãos na região de influência do município de Santarém no Estado do Pará**. 2006, 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Relatório do levantamento preliminar dos impactos socioambientais da expansão da agricultura mecanizada na região de Santarém**. Santarém, 2004.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 2012, 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)-PPGDSTU/NAEA/UFPA, Belém, 2012.

GODELIER, Maurice. A parte ideal do real. In: **Godelier. Antropologia**. São Paulo: Ática, 1981. p. 185-203. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MONTEIRO, Raimunda. **Dinâmicas socioambientais e tendências urbanas e rurais na Amazônia: estudos dos municípios de Juruti, Santarém e Brasil Novo, no Pará**. Relatório de Pesquisa. Santarém, 2004. Mimeografado.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *Mana* online, v. 4, n.1, p. 47-77, 1998.

PUTY, C.A.C.B. Agricultura Empresarial Mecanizada. In: **Zoneamento-Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá- Santarém):** gestão territorial. Belém, EMBRAPA, Amazônia Oriental, 2007. v. 1: diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia. p. 229-252.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L.. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.